

REALIDADE SOCIOESPACIAL DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ: UMA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NA “CIDADE DO PROGRESSO”

Caio Ricardo da Silva¹

Geovane Gesteira Sales Torres²

Diego Coelho do Nascimento³

RESUMO: Este artigo incorpora como tema os bens e serviços públicos urbanos. A literatura aponta a tendência neoliberal de gestão corporativa e privatização de espaços, bens e serviços coletivos urbanos, além da distribuição espacialmente desigual de obras de infraestrutura urbana nas cidades brasileiras, precariedades na gestão e oferta de serviços públicos urbanos de saneamento básico, estreita relação entre problemas de planejamento urbano e territorial com riscos de abastecimento de água, tendências por parcerias público-privadas, deficiências na oferta de serviços de mobilidade nos centros urbanos do país, além da relação direta entre as desigualdades socioespaciais urbanas e incidência de violência, assim como a importância da infraestrutura urbana e educação no combate à delinquência. Assim, o artigo em questão tem por objetivo geral analisar a realidade socioespacial de Juazeiro do Norte, segundo a opinião pública de sujeitos residentes no município. Os objetivos específicos da presente pesquisa são: 1) Refletir sobre a qualidade de vida urbana no município estudado a partir da percepção de residentes; e 2) Observar opiniões de cidadãos acerca das dimensões relativas aos setores da segurança pública, saúde, educação, trabalho, assistência social e infraestrutura urbana. A hipótese desta pesquisa é: a população do município de Juazeiro do Norte (CE) enxerga que a realidade socioespacial do território é marcada por

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri. Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas. E-mail: caio.ricardo042@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4419-3196>.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri. Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas. E-mail: geovanegesteira.profissional@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0255-1570>.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará. Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri. Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri. Bolsista de Produtividade da FUNCAP. E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8317-9859>.

precariedades relacionadas a bens e serviços públicos urbanos. Os dados apontam representações sociais dos sujeitos da pesquisa direcionadas à crítica da qualidade de bens e serviços públicos urbanos no território municipal investigado.

PALAVRAS-CHAVE: Bens e Serviços Públicos; Espaço Urbano; Cidades Médias; Representações Sociais.

SOCIO-SPATIAL REALITY OF JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ: A PUBLIC OPINION SURVEY IN THE “CITY OF PROGRESS”

ABSTRACT: The theme of this article is urban public goods and services. The literature points to the neoliberal trend towards corporate management and privatization of urban spaces, goods and collective services, as well as the spatially unequal distribution of urban infrastructure works in Brazilian cities, precariousness in the management and supply of urban public basic sanitation services, the close relationship between urban and territorial planning problems and water supply risks, trends towards public-private partnerships, deficiencies in the provision of mobility services in the country's urban centers, in addition to the direct relationship between urban socio-spatial inequalities and the incidence of violence, as well as the importance of urban infrastructure and education in combating delinquency. The general objective of the article in question is to analyze the socio-spatial reality of Juazeiro do Norte, according to the public opinion of people living in the municipality. The specific objectives of this research are: 1) To reflect on the quality of urban life in the municipality studied from the perception of residents; and 2) To observe citizens' opinions about the dimensions relating to the sectors of public safety, health, education, work, social assistance and urban infrastructure. The hypothesis of this research is: the population of the municipality of Juazeiro do Norte (CE) perceives that the socio-spatial reality of the territory is marked by precariousness related to urban public goods and services. The data point to social representations of the research subjects aimed at criticizing the quality of urban public goods and services in the municipal territory investigated.

KEYWORDS: Public Goods and Services; Urban Space; Medium-sized Cities; Social Representations.

REALIDAD SOCIOESPACIAL DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ: UNA ENCUESTA DE OPINIÓN PÚBLICA EN LA “CIUDAD DEL PROGRESO”

RESUMEN: Este artículo incorpora como tema los bienes y servicios públicos urbanos. La literatura apunta a la tendencia neoliberal de la gestión corporativa y privatización de los espacios, bienes y servicios urbanos, además de la distribución espacialmente desigual de las obras de infraestructura urbana en las ciudades brasileñas, la precariedad en la gestión y provisión de servicios públicos urbanos de saneamiento básico, la estrecha relación entre los problemas de planificación urbana y territorial con los riesgos de abastecimiento de agua, las tendencias en las alianzas público-privadas, las deficiencias

en la prestación de servicios de movilidad en los centros urbanos del país, además de la relación directa entre las desigualdades socioespaciales urbanas y la incidencia de la violencia, así como la importancia de la infraestructura urbana y la educación en la lucha contra el crimen. Así, el objetivo general de este artículo es analizar la realidad socioespacial de Juazeiro do Norte, de acuerdo con la opinión pública de los individuos que viven en el municipio. Los objetivos específicos de esta investigación son: 1) Reflexionar sobre la calidad de vida urbana en el municipio estudiado desde la percepción de los residentes; y 2) Observar las opiniones de los ciudadanos sobre las dimensiones relacionadas con los sectores de seguridad pública, salud, educación, trabajo, asistencia social e infraestructura urbana. La hipótesis de esta investigación es: la población del municipio de Juazeiro do Norte (CE) ve que la realidad socioespacial del territorio está marcada por la precariedad relacionada con los bienes y servicios públicos urbanos. Los datos apuntan a representaciones sociales de los sujetos de investigación dirigidas a la crítica de la calidad de los bienes y servicios públicos urbanos en el territorio municipal investigado.

PALABRAS CLAVE: Bienes y Servicios Públicos; Espacio Urbano; Ciudades Medianas; Representaciones Sociales.

INTRODUÇÃO

Este artigo incorpora como tema os bens e serviços públicos urbanos. Há apontamentos de predomínio da gestão neoliberal no que tange a gestão corporativa e privatização de lugares, bens e serviços coletivos urbanos, além da repartição espacialmente desigual de obras de infraestrutura urbana nas cidades brasileiras (Bittencourt; Faria, 2021; Souza, 2018); instabilidades na gerência e oferecimento de ações públicas de saneamento básico no espaço urbano (Hidaka; Gonçalves-dias, 2022; Ferreira; Barros, 2021); associação próxima entre problemáticas de gestão territorial e urbana com ameaças de abastecimento de recursos hídricos (Marinho *et al.*, 2021); inclinações a cooperações público-privadas, mas também insuficiências na oferta de serviços de mobilidade nos centros urbanos do país (Silva; Carvalho; Santana, 2020; Santos; Sobral, 2014); crescendo-se a relação objetiva entre as discrepâncias socioespaciais urbanas e ocorrência da violência, bem como a necessidade da relevância da infraestrutura urbana e educação no enfrentamento à delinquência. (Hidalgo *et al.*, 2021).

Essa investigação se justifica pela necessidade de apreensão da realidade de Juazeiro do Norte, tendo em vista a defasagem de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e da própria prefeitura. Tal município apresenta um destaque na região onde se insere, sendo um pré-requisito basilar o conhecimento dos dados socioespaciais para a construção de políticas públicas condizentes à população fixa e flutuante. Perante isso, a investigação em voga anseia responder ao problema de pesquisa: como as pessoas residentes atualmente em Juazeiro do Norte (CE) enxergam a oferta e qualidade de bens e serviços públicos urbanos nesse território?

Segundo Carlos (1992), a cidade foi tomada pelos mandos e desmandos do sistema capitalista, tornando-se uma mercadoria que se baliza pelos processos de valorização do espaço urbano. Nessa condição, o acesso à cidade se dá através das determinações do mercado imobiliário e, a partir deste, o acesso a outros bens e serviços públicos e ao próprio centro do tecido urbano. Uma vez submetido ao valor de troca, reduz-se toda a complexidade do urbano ao seu caráter econômico, concretizando espaços periféricos.

No que concerne à (re)produção capitalista da cidade, afirma Maricato (2011), em consonância com Carlos (2016), que a ocupação desordenada da terra, a especulação fundiária e imobiliária sem qualquer tipo de regulação estatal, a segregação urbana, o crescimento de espaços gentrificados, dentre outras problemáticas urbanas, têm como ponto central a valorização imobiliária, chegando a transformar a cidade ilegal mais em regra do que em exceção no espaço urbano brasileiro. A partir disso, tem-se uma série de consequências na efetivação dos direitos fundamentais e na concretização dos serviços públicos para uma série de sujeitos.

Nesse cenário, nota-se que no Brasil cidades de porte médio apresentam problemáticas urbanas/socioespaciais semelhantes às dos grandes centros urbanos. Sposito (2010) afirma que as dinâmicas pertinentes à aglomeração

urbana abrangem nacionalmente cidades de distintos portes (médias e pequenas) em virtude da sua localização. Diante disso, cidades médias podem ser cidades regionais à medida em que exercem funções hierárquicas em determinados contextos regionais.

Não obstante, Sposito (2007) chama a atenção para o fato das periferias serem marcas das cidades da América Latina, as quais se caracterizam por problemas públicos urbanos multisetoriais e afetam não apenas grandes cidades e áreas metropolitanas, mas também cidades de porte médio.

Em 2018 a cidade de Juazeiro do Norte foi classificada pelo IBGE (2020), na publicação “Regiões de influência das cidades: 2018”, como uma Capital Regional de nível B. Isso traz implicações pertinentes à influência que esse município exerce em relação a outros, além do seu destacado nível de desenvolvimento, contudo, esse cenário também viabiliza refletir sobre os problemas urbanos⁴ vivenciados no território em voga. O município em questão integra a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), criada pela Lei Complementar Nº 78/2009, e formada pelos municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Esta investigação empírica parte da hipótese de que a população do município de Juazeiro do Norte (CE) enxerga que a realidade socioespacial do território é marcada por precariedades relacionadas a bens e serviços públicos urbanos. Posto isso, o artigo em questão tem por objetivo geral analisar a realidade socioespacial de Juazeiro do Norte, segundo a opinião pública de sujeitos residentes no município. Os objetivos específicos da presente pesquisa são: 1) Refletir sobre a qualidade de vida urbana no município estudado a partir

⁴ Juazeiro do Norte é um dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), no Ceará, com o maior quantitativo de moradores dentre as nove cidades integrantes da região, apesar de possuir menor área territorial (IBGE, 2010). Apesar do incremento deveras considerável de pessoas e do Produto Interno Bruto (PIB) da região, a municipalidade não seguiu nenhum planejamento territorial para seu espaço, gestando uma série de distúrbios socioeconômicos em seu espaço urbano.

da percepção de residentes; e 2) Observar opiniões de cidadãos acerca das dimensões relativas aos setores da segurança pública, saúde, educação, trabalho, assistência social e infraestrutura urbana. O artigo parte do pressuposto de que a realidade socioespacial do lócus de pesquisa pode ser aferida e compreendida pelos sujeitos que a vivenciam, constituindo-se em uma fonte de dados confiáveis para análises.

Para tal, adotou-se o caráter exploratório para a pesquisa. O estudo agregou como meio de coleta de dados um questionário estruturado. O formulário citado foi gerado no *Google Forms* contendo 40 perguntas sobre aspectos relacionados a dimensões urbanas, ambientais e sociais do território. O tratamento dos dados se deu através de métodos da estatística descritiva, incorporando variáveis qualitativas e quantitativas.

Esta pesquisa contribui para os estudos urbanos e regionais pertinentes aos contextos semiáridos interioranos em virtude da importância e influência de Juazeiro do Norte (CE) para territórios profundos do Ceará, Pernambuco, Paraíba, dentre outros estados do nordeste brasileiro. Além disso, esta investigação ameniza a obsolescência de dados censitários pertinentes à realidade socioespacial da cidade em tela, considerando-se que o contexto de 2010 se difere em qualidade e quantidade quando comparado ao contemporâneo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desigualdades sociais e qualidade de vida no espaço urbano

Carlos (1992) advoga que o espaço urbano é construído e reproduzido de modo contraditório e assimétrico, pois a segregação espacial está diretamente relacionada às históricas desigualdades sociais. Isso explica a crise urbana assente no processo de urbanização no Brasil, pois Carlos (1992) vislumbra que a acumulação de riquezas se encontra em concomitância com a miséria.

Maricato (2000) afirma que o planejamento urbano modernista, presente no Brasil, volta-se somente à chamada cidade formal, isto é, aquela pressuposta em instrumentos como os Planos Diretores (PDs) Municipais. Contudo, esse ato de contemplação de parte do espaço urbano implica diretamente na ocultação e negligência pública para com a chamada “cidade ilegal” (Maricato, 2000).

Áreas como favelas, conjuntos habitacionais populares, ocupações irregulares, acampamentos de refugiados etc. frequentemente compartilham problemas públicos como a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis, dificuldades de mobilidade urbana, presença massiva de residências autoconstruídas, inexistência ou insuficiência de serviços públicos fundamentais, altos índices de violência, dentre outros (Maricato, 2011; Carlos, 1992).

Portanto, assim como denuncia Carlos (1992), as contradições urbanas no Brasil se produzem e reproduzem sob as históricas desigualdades sociais em decorrência de marcadores sociais da diferença como classe, raça, etnia, gênero, região, sexualidade e religião (Chueca, 2019; Guimarães, 2016).

Nesse esteio, Bittencourt e Faria (2021) concluem que investimentos públicos em infraestrutura urbana tendem a se concentrar em áreas centrais das cidades. Não obstante, Hidalgo *et al.* (2021) destacam que as desigualdades sociais também se projetam no espaço urbano em relação à concentração da violência em áreas urbanas periféricas, onde frequentemente não existe infraestrutura urbana de qualidade.

Conjecturar sobre o estado da qualidade de vida nas cidades brasileiras remete imediatamente aos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que versam sobre a política urbana (Brasil, 1988, cap. II, art. 183, art. 183). Cymbalista (2007) acentua que o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, foi deveras significativa para a política urbana e gestão das cidades, pois antes da sua existência, os PDs eram tão irrealis e descontextualizados que eram engavetados

e desacreditados. Foi o Estatuto da Cidade que redefiniu o PD, tornando-o um instrumento basilar para o planejamento dos municípios.

Dentre as diretrizes do Estatuto da Cidade, presentes em seu artigo 2º, há diversos apontamentos para a construção de uma cidade mais justa e equilibrada, como a garantia do direito a cidades sustentáveis, saneamento básico, moradia, infraestrutura urbana, transporte público, energia, trabalho, gestão democrática em todo o ciclo de políticas públicas etc. (Brasil, 2001, cap. I, art. 2º).

Maricato (2000) endossa a perspectiva de Villaça (1999), explicando que foi durante o maior período de criação de PDs e produção acadêmica, entre 1970 e 1980, que as cidades brasileiras mais se expandiram ilegalmente, sendo explícito que a atividade de pensar as cidades e propor soluções permaneceu afastada da realidade que estava sendo concebida, ou seja, um discurso, e não um instrumento de atuação efetiva na realidade da população.

Então, além da não realização do previsto, de pontos estabelecidos acusados como mero discurso, a segregação é explícita na desigualdade de tratamento que as administrações públicas locais dão à população (Rolnik, 1995).

O território: Juazeiro do Norte - Ceará

O município de Juazeiro do Norte está situado ao Sul do estado do Ceará (nordeste brasileiro), possui clima semiárido, pertence à RM Cariri e tem uma população residente de 249.939 pessoas, das quais a maior parcela (96,07%) se encontra em situação de domicílio urbano (IBGE, 2010a). O IBGE (2021) estima que em 2021 a população desse município alcançou o número de 278.264 pessoas, fato que possibilita a reflexão sobre a intensificação da densidade demográfica no território, a qual em 2010 era equivalente a 1.004,45 hab/km² (IBGE, 2010b).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, o município de Juazeiro do Norte dispõe de um Produto Interno Bruto - PIB - de R\$ 4.873.357.000, precisamente, sendo um dos sete municípios que

possuem um PIB maior que três bilhões de reais em todo o Ceará, figurando, também, como a quarta municipalidade a possuir maior participação no PIB do estado do Ceará (IPECE, 2021).

Apesar de deveras abastado, é evidente uma antinomia entre o PIB municipal e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - do município. Segundo o IBGE (2022), o PIB *per capita* de Juazeiro do Norte corresponde a R\$ 17.772,55, e o seu IDH, segundo dados de 2010, fixa-se em 0,694. Aponta-se, a título de exemplo da situação contrastante da municipalidade, um dado do IPECE (2018) que demarca que apenas 26,07% de trabalhadores do emprego formal recebiam mais de 2 salários mínimos.

O município de Juazeiro do Norte dispõe de um Plano Diretor em vigência, denominado “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)” elaborado no ano 2000, portanto, anterior ao Estatuto da Cidade e que, somente na atualidade passa por sua primeira revisão a partir de uma parceria estabelecida entre o Poder Público municipal e a Universidade Federal do Cariri (UFCA). Esse dado é emblemático, pois reforça a prioridade dada ao planejamento urbano e territorial do município em análise.

METODOLOGIA

A pesquisa originadora deste artigo é qualificada como exploratória, pois incorpora um problema de pesquisa com o qual os pesquisadores não têm familiaridade, logo, tenciona-se torná-lo mais nítido e alvo de construções hipotéticas. Diante disso, os fluxos investigativos apresentam maior flexibilidade em virtude da necessidade de contemplação dos mais distintos e efêmeros elementos tocantes ao objeto analisado (Gil, 2002).

Em relação aos meios de coleta dos dados diretos, a investigação incorporou uma pesquisa com *survey*. Essa se caracteriza pela existência de formulários pré-definidos, os quais são aplicados junto a um grupo populacional

representativo aos objetivos da pesquisa, contudo, não havendo interação entre os(as) pesquisadores(as) e inquiridos(as) (Amaro; Pávoa; Macedo, 2005).

O formulário incorporado na pesquisa foi construído na ferramenta *Google Forms* e composto por 40 perguntas estruturadas nas seguintes seções: 1) Explicação da pesquisa; 2) Concordância com os termos da pesquisa (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); 3) Questões relativas ao perfil do(a) respondente (27% das questões do formulário); 4) Questões relacionadas à realidade urbana (27%); 5) Questões tocantes à realidade ambiental (27%); e 6) Questões pertinentes à realidade social (19%). No que toca às tipologias das perguntas, aponta-se a existência de questões abertas/discursivas, de múltipla escolha e com escalas de Likert. Já em relação aos tipos de variáveis assentes nas perguntas, a maioria foi qualitativa ordinal; seguida das qualitativas nominais, e em menor proporção as quantitativas discretas e contínuas. No quadro 1 expõe-se o detalhamento das questões integrantes do questionário.

Quadro 1 – Áreas analisadas na pesquisa

ASPECTOS	Especificações
Perfil socioeconômico	Bairro, sexo, gênero, raça, faixa etária e renda
Infraestrutura	Iluminação e transporte público
Segurança Pública	Violência urbana
Trabalho	Oportunidade de trabalho e capacitação profissional
Saúde	Serviços públicos de saúde
Educação	Qualidade da educação
Assistência social	Serviço de assistência social
Áreas Verdes	Espaços de lazer
Questão dissertativa	Problemas públicos presentes no município

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

O presente formulário eletrônico foi submetido, juntamente com outros instrumentos de pesquisa, para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Assim, a sua divulgação apenas se deu

após o parecer favorável do CEP, o qual se deu pelo número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética 49142921.3.0000.5698. O formulário eletrônico esteve disponível virtualmente entre 14/09/2021 e 03/12/2021 e teve como público-alvo pessoas residentes em Juazeiro do Norte - CE. Considerando a vastidão de questões e temas tratados na pesquisa, este artigo abordará apenas os dados tocantes à realidade social do município estudado.

O tratamento dos dados se deu pelo emprego de técnicas de estatística descritiva. Assim, para as variáveis qualitativas, aferiram-se: 1) Frequência absoluta: Dados de cada classe advindos da coleta direta e não manipulados, apenas contabilizados; 2) Frequência relativa: $fr = f / \sum f$; $f\%$; e 3) Frequência percentual: $f\% = 100fr$. Já as variáveis quantitativas foram alvos dos cálculos: 1) Média aritmética: Resultado da adição dos valores de dado conjunto, dividido pelo número de elementos do conjunto, sendo expressa pela fórmula $\bar{x} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$; 2) Mediana: Valor intermediário de um conjunto ordenado dividido em dois grupos; e 3) Moda: Um ou mais valores com maior frequência em dado conjunto (Morettin, 2010).

As três últimas medidas, supracitadas, constituem técnicas importantes de posição para análise de dados quando há o intuito de resumi-los, expondo algum valor representativo do objeto de pesquisa analisado. Por isso são intituladas de medidas de localização. Apesar da média ser a mais conhecida e utilizada nesses casos, em algumas situações os *outliers* podem afetar seu valor consideravelmente, levando a erros de interpretação. Isso expõe a necessidade de utilização de medidas como a moda e a mediana (Bussab; Morettin, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de coleta de dados, alcançou-se o número de 184 respostas ao formulário eletrônico. Contudo, apenas 173 das respostas foram válidas, considerando-se que a pesquisa detinha dois critérios de validação de

participações, os quais consistiram em: 1) Concordar com os termos da pesquisa; e 2) Residir em Juazeiro do Norte - CE.

Em relação aos bairros onde os(as) respondentes estabelecem residência no município de Juazeiro do Norte, aponta-se que o bairro São José apresentou a maior frequência absoluta (21). Posteriormente, encontram-se os bairros Lagoa Seca (13), Jardim Gonzaga (12), Franciscanos (9) e Triângulo (8). Os demais bairros constam com frequências de no máximo sete, logo, não figuram como relevantes estatisticamente para o conjunto de dados.

O bairro São José, local de destaque no conjunto de dados, caracteriza-se como uma área de conurbação entre os municípios de Juazeiro do Norte e Crato, sendo alvo de inúmeros dissensos no que toca à oferta de bens e serviços públicos (Nascimento, 2018). Além disso, nas últimas duas décadas tal território foi foco de inúmeras ações públicas voltadas a doação de terrenos próprios da municipalidade para fins como habitação, desenvolvimento industrial e econômico. Entretanto, esse território apresenta como rendimento nominal médio mensal R\$ 880,96 (IBGE, 2010c), fato que demarca a sua vulnerabilidade socioeconômica.

Em situação semelhante ao bairro São José se encontram o Triângulo e Franciscanos, com rendimentos nominais médios mensais, respectivamente, de R\$ 670,47 e R\$ 677,87. Em conjuntura contrária se apresentam os bairros Lagoa Seca e Jardim Gonzaga, com rendimentos nominais médios mensais, respectivamente, de R\$ 2.292,54 e R\$ 1.461,17 (IBGE, 2010c). Portanto, afere-se que a maioria dos(as) participantes da pesquisa residem em bairros urbano-periféricos.

A maioria dos(as) participantes apresenta sexo biológico feminino (65,3%) e se identifica como mulher cisgênera (f: 95). Outrossim, 34,1% possui sexo biológico masculino e 49 respondentes se identificam como homens cisgêneros. A pesquisa também contou com duas pessoas agêneras, uma mulher transexual,

um homem transexual e uma pessoa não-binária. Em relação ao perfil racial, o valor majoritário dos(as) participantes se autodeclara pardo (f: 71). Contudo, também se destaca a cor/etnia branca (f: 60) e preta (f: 39). Em menor proporção se encontra a cor/etnia amarela (f: 3). Em relação à dimensão etária do perfil dos(as) respondentes, frisa-se que a média das idades é de 31 anos. Já a moda corresponde a 24 anos e a mediana a 29 anos de idade.

Como é visível na tabela 1, no que tange aos rendimentos mensais dos domicílios dos(as) participantes, nota-se que a média R\$ 31.433,305, relativa aos valores autodeclarados, apesar de ser consideravelmente alta, justifica-se pela presença de respostas indicativas de somatórios de renda iguais a R\$ 2.000.000,00; R\$ 1.300.000,00; R\$ 300.000,00 e R\$ 110.000,00. Logo, tais valores apresentam uma influência direta no cálculo da média aritmética. Ademais, esses rendimentos não convencionais podem se justificar por erros no ato de preenchimento do formulário eletrônico, ou ações de má fé. Nesse sentido, os valores da moda e mediana (ambos de R\$ 3.000,00) indicam a tendência dos rendimentos, bem como o valor de equilíbrio entre a divisão dos maiores e menores rendimentos.

Tabela 1 – Rendimentos mensais do núcleo familiar

Medida	Valor (R\$)
Média	31.433,305
Moda	3000,00
Mediana	3000,00

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

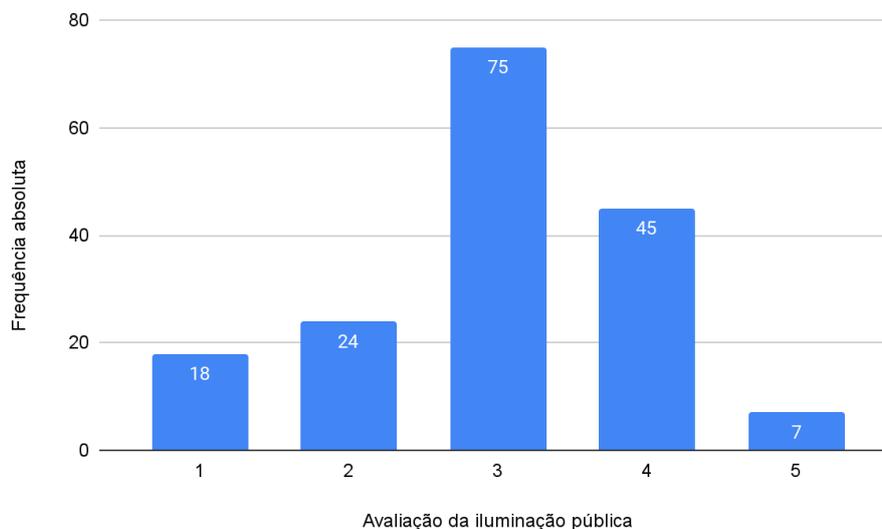
Apesar de marcar R\$ 3000,00 em moda e mediana, como exposto, dados do IBGE apontam que o salário médio mensal dos trabalhadores juazeirenses formais no ano de 2019 era de 1.8 salários mínimos. Acresce-se o fato de que 42,4% da população com rendimento nominal mensal *per capita* dispunha de até ½ salário mínimo, segundo censo de 2010 do instituto supramencionado (IBGE,

2022). O Ipece (2018), por sua vez, segundo apontamentos de 2018, determinaram que 26,07% dos trabalhadores do emprego formal recebiam mais de 2 salários mínimos, o que se traduz como aumento, porém ínfimo, e distante dos valores descobertos nas fórmulas apresentadas.

Os dados de renda são expressivos da desigualdade vigente no município de Juazeiro do Norte, especialmente quando lembrado que o PIB *per capita* da cidade gira em torno de R\$ 17.772,55 (IBGE, 2022). Isso obviamente não se evidencia na realidade dos moradores, muito menos em uma série de serviços públicos, como ficará notório nos dados expostos *a posteriori*, sobretudo nos bairros citados anteriormente: São José, Triângulo e Franciscanos, além de outros.

No que tange à opinião dos sujeitos sobre a iluminação pública municipal, o gráfico 1 revela a escala de Likert que expõe o nível de satisfação dos respondentes em relação a esse elemento da infraestrutura urbana. O número massivo de respondentes avaliou essa dimensão com nota 3, revelando uma satisfação mediana/regular. Porém, o número expressivo de 45 respondentes avaliou a iluminação com nota 4, denotando uma boa satisfação. Contudo, apenas sete sujeitos consideram esse serviço público como ótimo, indicando nota 5. Além disso, 18 pessoas avaliam a iluminação pública como péssima (nota 1) e 24 a consideram ruim (nota 2).

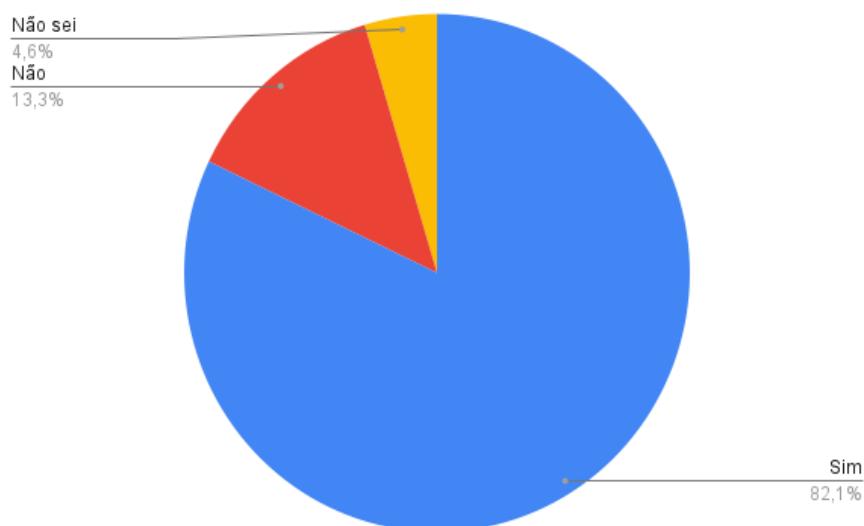
Gráfico 1 – Avaliação da iluminação pública municipal segundo os(as) respondentes



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

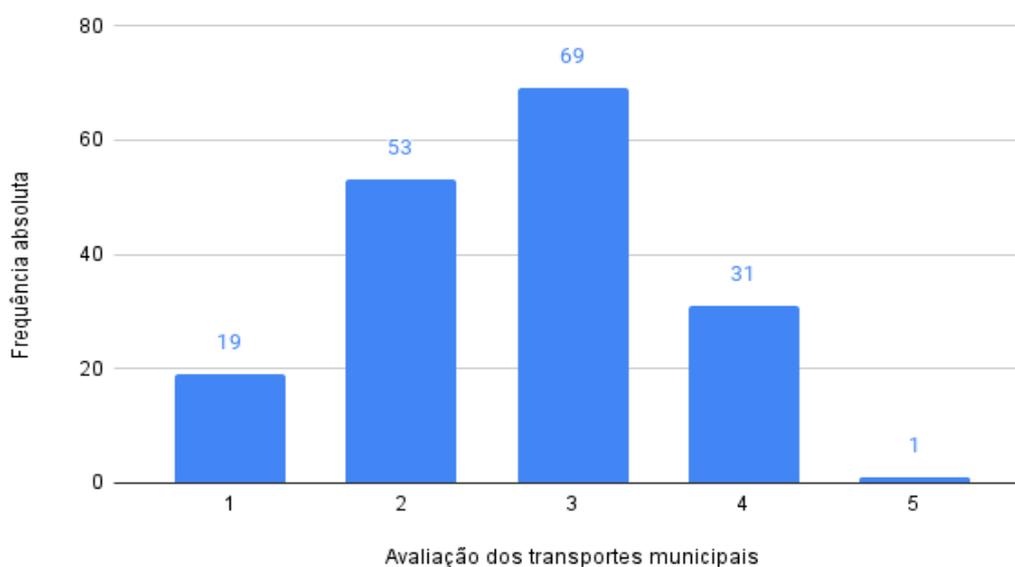
Através do gráfico 2 pode-se constatar que 82,1% dos(as) participantes afirmaram que seu bairro dispõe de alguma linha de transporte público municipal, enquanto 13,3% disseram o oposto disso. Ademais, 4,6% manifestaram não saber se no espaço onde residem possui alguma linha disponível. Já o gráfico 3 expõe que a população considera de mediana para baixa a infraestrutura dos transportes municipais. O maior quantitativo encontra-se na escala 3 (f: 69), estabelecendo-o como mediana. Salienta-se que 52 pessoas avaliaram como ruim (nota 2) e 19 avaliaram como péssima (nota 1). Enfim, 31 pessoas avaliaram a infraestrutura do transporte como boa e um participante avaliou como ótima (nota 5).

Gráfico 2 – Existência de alguma linha de transporte municipal segundo os(as) respondentes



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Gráfico 3 – Avaliação da infraestrutura dos transportes municipais segundo os(as) respondentes

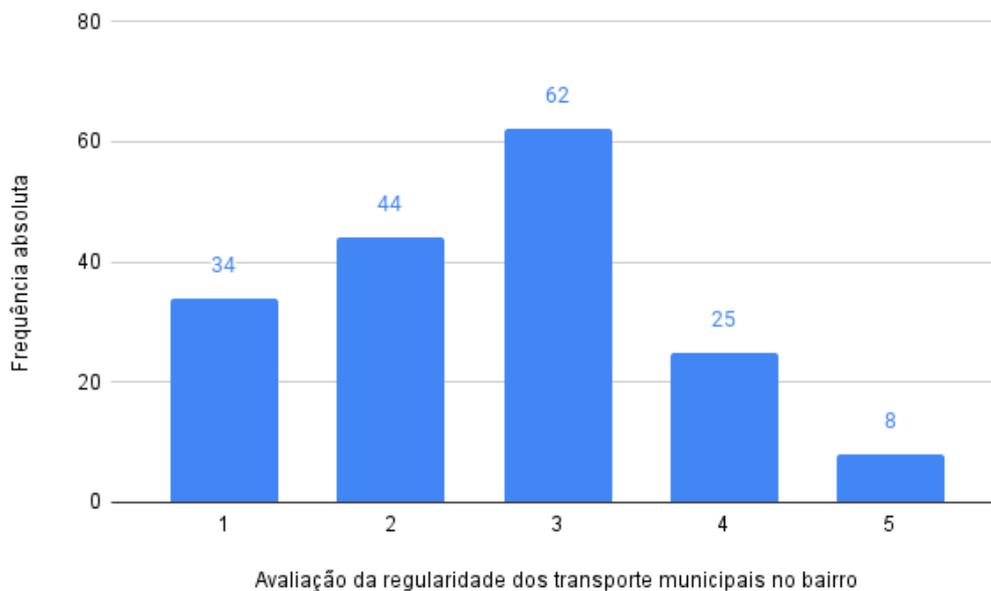


Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Acerca da regularidade dos transportes municipais nos bairros, percebe-se que no gráfico 4 os números quase se equiparam com os do gráfico 3, com aumento nas notas abaixo de 3. A maior frequência absoluta encontra-se na nota mencionada (f: 69), enquanto 44 avaliaram a estabilidade com nota 2, algo que

equivale a ruim. Em contraponto, 34 pessoas avaliaram tal dimensão como péssima, nota 1. No extremo oposto, constam 25 notas 4 (bom) e oito notas 5 (ótimo).

Gráfico 4 – Avaliação da regularidade dos transportes municipais segundo os(as) respondentes



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Segundo Maricato (2011), de todos os fatores que contribuem para as condições adversas nas metrópoles, o modelo de mobilidade urbana baseada no transporte particular, em detrimento do transporte público, talvez seja a que causa maior impacto, atenuando-se cada vez mais, uma vez que esse recebe mais investimento por parte das prefeituras e governos estaduais.

Cabe-se salientar que em bairros periféricos, as problemáticas da matriz pensada para a mobilidade urbana brasileira se aprofundam demasiadamente, tendo em vista que toda área categorizada dessa forma se trata de um local com uma série de ausências por parte do setor público, isto é, se o transporte público já é um tema complexo, na margem urbana ele se evidencia de uma forma ainda mais emaranhada (Silva; Carvalho; Santana, 2020; Santos; Sobral, 2014; Maricato, 2011; Carlos, 1992).

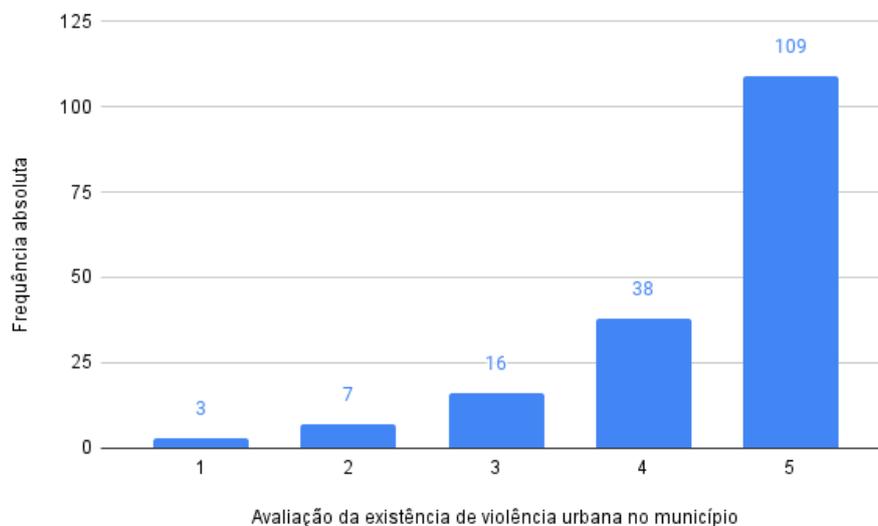
Em seu PDDU, Juazeiro do Norte instituiu um instrumento intitulado de “Unidade de Vizinhança” - UV, consistindo em sub-áreas do espaço total do município, cada uma contendo até 15.000 habitantes, com seu centro focal dispondo de funções cívicas, comerciais e de lazer. Instaurava também um terminal de transporte público coletivo em que todas as UVs se interconectariam, possibilitando: a mobilidade plena, descentralização do trabalho e redução de custos para os(as) cidadãos(ãs) dos bairros e distritos (Juazeiro do Norte, 2000, tít. VI, art. 64, inc. II). Porém, as UVs nunca foram de fato implementadas e, na atualidade, o município continua convivendo com problemáticas ligadas à ausência de linhas de transporte (ônibus, topique, “D20” entre outros) em determinados bairros, baixa integração entre os modais aéreos, ferroviários e as linhas de transporte coletivo, precariedade no estado de conservação da frota, conforme os gráficos 3 e 4 atestam sobre a sensação pública entre medianidade e péssimo sobre o serviço de transporte público coletivo no município.

Acerca da violência urbana no município, o gráfico 5 elucida que a maioria dos respondentes identifica que a segurança pública enfrenta muitos problemas. A nota 5 apresenta a maior frequência absoluta (f: 109), e a nota 4 foi a segunda mais escolhida (f: 38), fato que elucida o grau do problema público em questão, segundo as percepções dos(as) respondentes. Ainda sobre esse tema, 16 pessoas afirmaram que o problema público é mediano no território, enquanto sete respondentes avaliaram a dimensão com um grau baixo e três indivíduos assinalaram não existirem problemas em relação à segurança pública no município.

Vale destacar que segundo Santos (2012), a modernidade é acompanhada por distintos tipos de fascismo social, originados na sociedade e coexistentes com os Estados. Dentre tais fascismos, existe o *apartheid* social, o qual corrobora para a segregação urbana por meio da valorização do espaço em zonas selvagens e civilizadas. As últimas são metaforizadas por Santos (2012) como castelos

neofeudais, ao passo que as primeiras seriam o estado de natureza de Hobbes. Logo, os bairros elitizados consistem em áreas marcadas por densos mecanismos de proteção contra grupos socialmente marginalizados, já os bairros designados pobres gozam do amargor da violência.

Gráfico 5 – Percepção da existência de violência urbana segundo os(as) respondentes

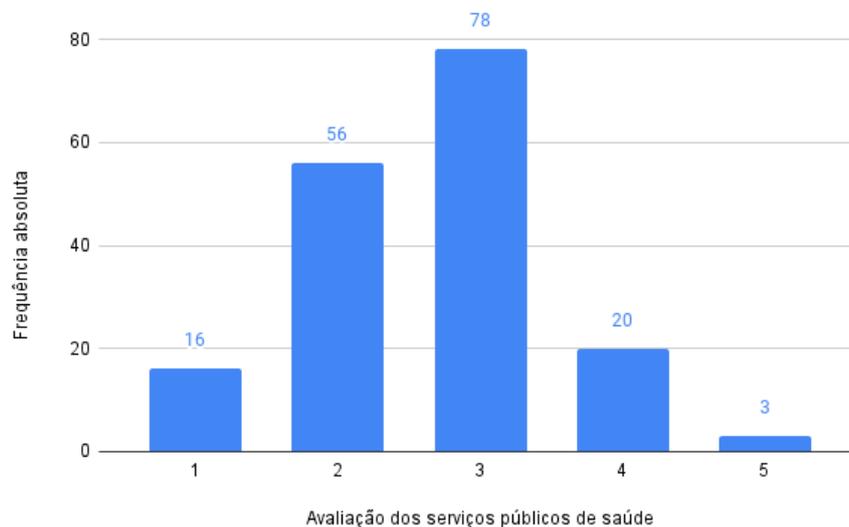


Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Maricato (2000) é enfática ao indicar que, ainda nos primeiros anos do século XXI, o crescimento da violência no Brasil se deu em virtude da exclusão territorial, a qual é histórica no país. Contudo, Maricato (2000) destaca que a violência recai com maior intensidade sobre os bairros de moradia pobre, onde são baixos os índices de escolaridade e renda, e sobre os corpos negros e pardos. Isso conflui ao constatado por Hidalgo *et al.* (2021) de que há uma concentração da violência em zonas urbanas segregadas socioespacialmente. O Atlas da Violência confirma na última década que a maior parte da população vítima de violência letal no Brasil é negra, pobre, jovem e com baixa escolaridade, fato que leva um sujeito negro a ter 23,5% mais chances de ser vítima de homicídio quando comparado a outro não negro (Ferreira; Soares, 2021).

No que toca à satisfação dos(as) respondentes acerca dos serviços públicos de saúde, a maioria os avaliou como medianos (f: 78), enquanto 56 assinalaram se tratarem de serviços ruins (nota 2). Em complemento, 16 pessoas afirmam que os serviços são péssimos (nota 1), ao passo que outras 20 afirmam se tratarem de serviços bons (nota 4). Apenas 3 indivíduos declararam que esse setor de serviços públicos apresenta uma ótima qualidade, como exposto no gráfico 6.

Gráfico 6 – Percepção dos serviços públicos de saúde segundo os(as) respondentes

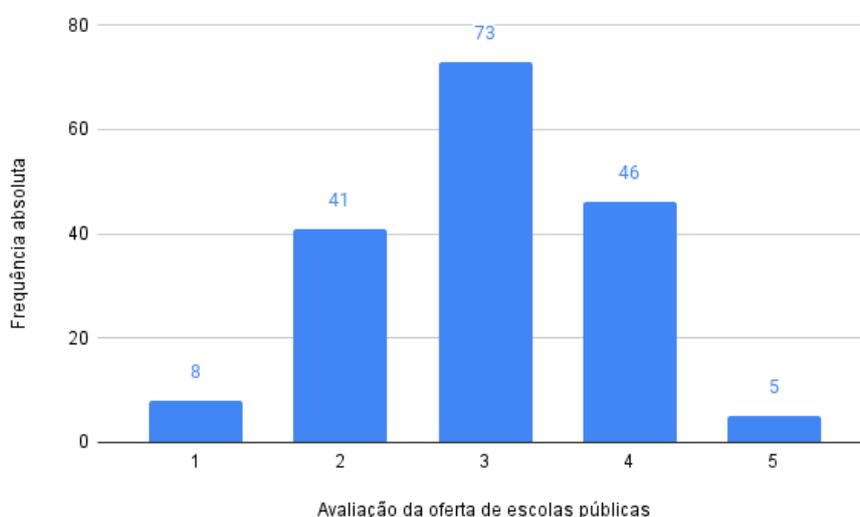


Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Ribeiro (2007) advoga a edificação de três direitos para efetivação do direito à saúde nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde, a saber: o direito à integridade e à dignidade; o reconhecimento e o respeito à diferença; e a territorialidade dos problemas. Para tal, necessita-se de uma atuação do poder público em atualização das suas funções públicas, um estilo de gestão adaptativo, criativo e participante, dentre outras ações destacadas pela autora. Na ausência da ação pública, problemáticas como as vivenciadas pelo povo juazeirense permanecerão, principalmente, para os que se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica.

Sobre a qualidade da oferta de escolas, o gráfico 7 evidencia que 73 pessoas consideram o serviço público municipal mediano, enquanto 46 declararam se tratar de um serviço bom, nota 4. A nota 2 (avaliação “ruim”), recebeu 41 marcações, na medida em que oito indivíduos afirmaram que as escolas públicas são bens péssimos. Em contrapartida, cinco sujeitos informaram que as escolas públicas apresentam uma ótima qualidade.

Gráfico 7 – Percepção de oferta de escolas de qualidade segundo os(as) respondentes

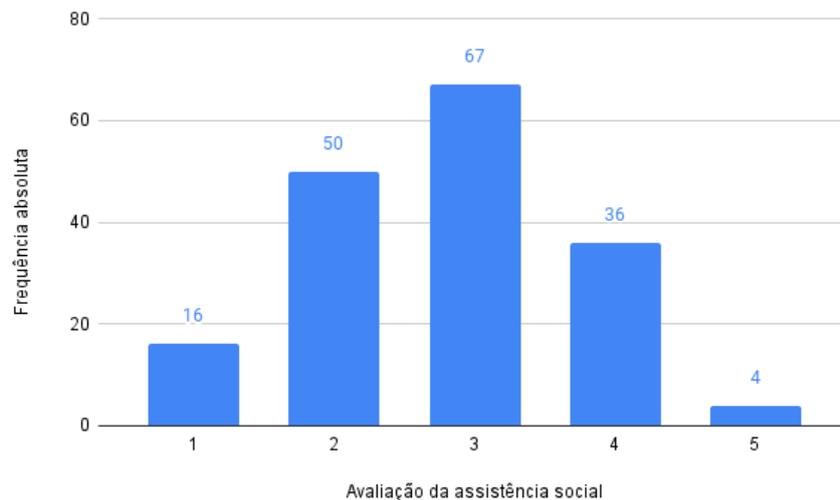


Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Segundo Bittar e Bittar (2012), através de um resgate histórico da educação pública no Brasil, nota-se que foi fácil expandir o sistema educacional, no entanto, sem cumprir sua função de propiciar aprendizagem aos(as) estudantes. Assim, no período do regime militar se expandiram as instituições de ensino sob a lógica militar de levar o país para o estágio de “Brasil potência”, todavia, reduzindo a qualidade do ensino. A partir da redemocratização, passando por problemáticas na era Fernando Henrique Cardoso e uma significativa melhora na era Lula, ganham destaques o Reuni, as cotas, o Fundeb, o ProUNI etc. Não obstante, as autoras ainda salientam que as escolas no país ainda hoje são precarizadas, apesar da importância do setor educacional para o combate à violência urbana (Hidalgo *et al.*, 2021).

Como exposto no gráfico 8, no que se refere aos serviços de assistência social no município, a maioria dos(as) respondentes afirmaram que os mesmos são medianos (f: 67). Entretanto, 50 pessoas enxergam que esses serviços são ruins e 16 os avaliam como péssimos. Ainda ganha destaque que a nota 4 (avaliação “boa”) foi marcada 36 vezes e a nota 5 (avaliação “ótima”) foi assinalada 4 vezes, denotando uma variação na percepção sobre tal setor de políticas públicas, porém, não representando a percepção da maior parcela dos sujeitos da pesquisa.

Gráfico 8 – Percepção do oferecimento de assistência social de qualidade segundo os(as) respondentes



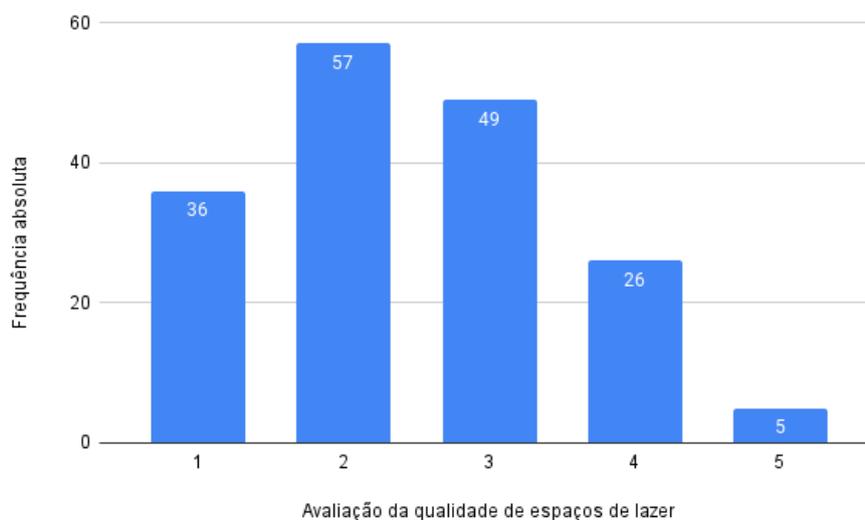
Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

As políticas sociais no atual arranjo neoliberal brasileiro vêm, paulatinamente, sendo objetos de desmontes. Essa é uma tendência global que reiteradamente prega um “empreendedorismo de si”, isto é, que os sujeitos se responsabilizem diretamente pelas condições básicas da sua existência. Conforme Theodoro e Delgado (2003), as desigualdades sociais no Brasil são produtos de agentes e interesses concretos, dentre os quais se inclui o próprio Estado. Tal processo de fabricação de indigentes, pobres e excluídos persiste mesmo em conjunturas de crescimento econômico contínuo. Isso contrasta intensamente a lógica universalista e inclusiva pressuposta pela Constituição

Federal de 1988, fenômeno que alcançou a sua pujança durante o governo Bolsonaro, quando em prol de restrições orçamentárias se fragilizaram e extinguíram políticas de proteção social, sobretudo as distributivas (Theodoro; Delgado, 2003), como o Bolsa Família (*grifo nosso*).

Questionados(as) sobre a qualidade de espaços de lazer no município, a maioria informou que esses locais dotam características ruins (f:57), ao passo que 49 informaram que esses locais apresentam qualidade mediana. Ainda no que se refere à dimensão em análise, 36 pessoas avaliaram com nota 1, enquanto 26 declararam que os espaços de lazer são bons e cinco indivíduos afirmaram serem espaços de excelente qualidade. O gráfico 9 ilustra essas informações:

Gráfico 9 – Percepção dos espaços de lazer de qualidade segundo os(as) respondentes



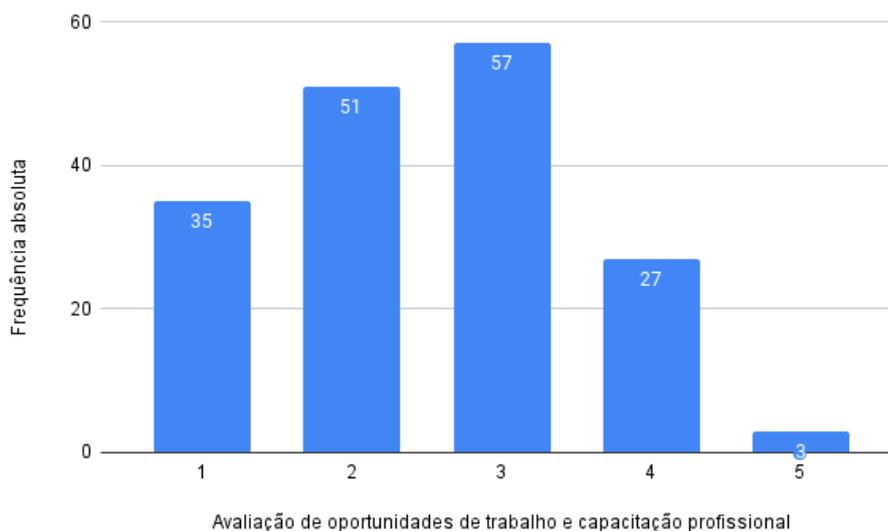
Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

A relevância dos espaços de sociabilidade nas cidades se justifica pelo fato do espaço urbano ser, para além da sua dimensão material, um conjunto de realidades simbólicas e socialmente produzidas e modificadas (Da Silva, 2012). Assim, além de ofertarem qualidade de vida para a população (por meio de atividades como a prática de exercícios físicos), a construção de espaços públicos de lazer coopera para o cultivo ao sentimento de pertencimento à cidade, bem

como para a redução de desigualdades no que toca ao acesso a bens e serviços culturais. Portanto, políticas culturais e obras públicas como as avaliadas pelos(as) participantes podem corroborar intensamente à conquista do desenvolvimento territorial, confluindo, pois, à consubstanciação do projeto de uma cidade redutora das contradições existentes entre o planejamento urbano para a cidadania e a multiplicação dos “não-lugares” (Cf. Maricato, 2000).

Sobre a dimensão pertinente às oportunidades de trabalho e capacitação profissional, bem como se expõe no gráfico 10, a maioria marcou nota 3 (f: 57), algo que representa uma avaliação mediana. Em sobreposição, 51 pessoas indicaram que há poucas vagas e de qualidade ruim (nota 2). Nesse sentido, 35 participantes declararam haver poucas vagas e de má qualidade (nota 1). A nota 4 recebeu 27 marcações (avaliação “boa”), e a nota 5 (avaliação “ótima”) foi assinalada 3 vezes, contudo, tais avaliações benfazejas não são representativas no conjunto de dados em análise.

Gráfico 10 – Percepção das oportunidades de trabalho e capacitação profissional segundo os(as) respondentes



Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

marcado por diversos problemas no que toca aos bens/serviços públicos inseridos em áreas como a infraestrutura urbana, saúde, segurança, educação, trabalho, assistência social e lazer.

Ao se considerar que os bairros do valor majoritário dos(as) respondentes se configuram como bairros urbano-periféricos, infere-se que tais problemáticas públicas recaem com maior intensidade em espaços urbanos vulneráveis socioeconomicamente. Essa realidade, ao ser lida e discutida à luz de teorias urbanísticas críticas, reforça a ideia de que o planejamento urbano modernista e a atual configuração das cidades brasileiras se marca por violações de direitos fundamentais em espaços inseridos na chamada “cidade ilegal”.

A análise social ora empreendida se volta à opinião pública de sujeitos residentes em Juazeiro do Norte porque se parte da compreensão de que a dimensão discursiva das leis não reflete a realidade urbana do Brasil. Desse modo, as representações sociais de quem vive na cidade são sintomáticas das políticas públicas urbanas e dos problemas presentes no município. Contudo, também se contemplou que, ao dar voz aos(às) cidadãos, parte-se de uma concepção epistemológica que confere aos sujeitos o protagonismo na construção do conhecimento sobre o espaço urbano.

A hipótese desta pesquisa foi confirmada, pois os dados desnudam tendências de representações sociais direcionadas à crítica da qualidade de bens e serviços públicos urbanos no território municipal investigado. Entretanto, cabe salientar que o quantitativo de respostas do formulário gerado não é estatisticamente representativo da população juazeirense, o que pode conduzir o pesquisador para uma área de maior incerteza conclusiva. Acresce-se a isso a possibilidade de respostas destoantes e não condizentes com a realidade do respondente, algo que mais uma vez pode induzir a compreensões precipitadas. Tal fragilidade se assenta no tipo de método escolhido para apresentação das perguntas.

Portanto, pretende-se prosseguir com a investigação ora apresentada. Almeja-se interligar a avaliação dos(as) respondentes sobre a dimensão social com as percepções desses sujeitos no que toca à seara urbana. Para tanto, além do uso da estatística descritiva, tenciona-se o emprego de técnicas linguísticas de análise de conteúdo para o tratamento das questões abertas/discursivas presentes no formulário da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Ana; PÓVOA, Andreia; MACEDO, Lúcia. Relatório: **A arte de fazer questionários**. Metodologias de Investigação em Educação. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Disponível em <http://www.jcpaiva.net/getfile.php>, 2005.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

BITTENCOURT, Tainá Andreoli; FARIA, José Ricardo Vargas de. Distribuição de investimentos públicos, infraestrutura urbana e desigualdade socioespacial em Curitiba. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CHUECA, Eva Garcia. O direito à cidade perante as epistemologias do Sul: reflexões sobre o processo brasileiro de construção do direito à cidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza, MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). **O pluralismo dos Direitos Humanos**: a diversidade das lutas pela dignidade. 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. pp. 397-418.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p. 29-45, 2006.

DA SILVA, Frederico Augusto Barbosa. Práticas e percepções sobre os espaços culturais e de lazer. In: CALEBRE, Lia. **Práticas Culturais: pesquisa e formação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

FERREIRA, Ana Carla; BARROS, Raphael Tobias Vasconcelos. Panorama dos gastos públicos municipais com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 26, p. 659-668, 2021.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; SOARES, Milena Karla. Violência e segurança pública: uma síntese da produção da Diest nos últimos dez anos. **Boletim de Análise Político-Institucional**, p. 129-144, 2021.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos MetrÓpole**, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.

HIDAKA, Gustavo Setsuo; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. Coleta seletiva na cidade de São Paulo: serviços públicos urbanos sob a lógica neoliberal. **Cadernos MetrÓpole**, v. 24, p. 1163-1186, 2022.

HIDALGO, David et al. Violência urbana e políticas de segurança: análise em quatro cidades latino-americanas. **EURE (Santiago)**, v. 47, n. 141, p. 165-182, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2022. IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada (2021)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579#resultado>. Acesso em 23 fev. 2022. IBGE, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente:** Censo demográfico de 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em 23 fev. 2022. IBGE, 2010a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Densidade demográfica:** Censo demográfico de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em 23 fev. 2022. IBGE, 2010b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento nominal médio mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento:** Censo demográfico de 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3170#resultado>. Acesso em 23 fev. 2022. IBGE, 2010c.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Ceará - 2018.** Ceará: [s. n.], 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/IDM_2018.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Produto Interno Bruto Municipal** - Análise do PIB dos Municípios Cearenses – 2019. Ceará: [s. n.], 2021. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/PIB_dos_Municipios_Cearenses_2019.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

MARICATO, Erminia. A cidade sustentável. *In: Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros*–CONSENGE. 2011. p. 9-99.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. *In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARINHO, Simone Danielle Aciole Moraes et al. Interfaces entre a produção do espaço urbano e o risco de desabastecimento de água. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 26, p. 417-427, 2021.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística Básica:** Probabilidade e Inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.

NASCIMENTO, Diego Coelho do. **Ser-tão “metropolitano”:** espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri. 2018. Tese (Doutorado em

Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30438>. Acesso em: 23 fev. 2022.

RIBEIRO, Patrícia Tavares. Direito à saúde: integridade, diversidade e territorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1525-1532, 2007.

SANTOS, Jonas Clemente dos; SOBRAL, Marcos Felipe Falcão. Diagnóstico, perspectivas de uso e expansão dos serviços de trens metropolitanos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 481-506, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Derecho y emancipación** / Boaventura de Sousa Santos. 1ª reimp. Quito: Corte Constitucional para el Período de Transición, 2012.

SILVA, Maina Pirajá; CARVALHO, SILVANA SÁ DE; SANTANA, MARIANA DE OLIVEIRA. Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 974-999, 2021.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, v. 20, p. 245-265, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 10, 2007.

THEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. Política social: universalização ou focalização–subsídios para o debate. **Políticas sociais–acompanhamento e análise**, n. 7, p. 122-126, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

Submetido em: 29 de abril de 2023

Aprovado em: 29 de abril de 2024.

Publicado em: 06 de julho de 2024.